

ATA NÚMERO 49/XIII (2.ª) SL
20 de dezembro de 2016 – 14h45

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

- Da reunião de 13 de dezembro de 2016

3. Comunicações do Presidente

4. [Projeto de lei n.º 326/XIII \(2.ª\)](#), do BE - Medidas de apoio social às mães e pais estudantes atribuindo aos pais o mesmo conjunto de direitos conferidos às grávidas e mães (primeira alteração à Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto)

- Apreciação e votação do parecer
- Deputada Relatora: Elza Pais (PS)

5. [Petição n.º 180/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por José Manuel Rodrigues de Abreu - Solicita que sejam feitos estudos científicos no sentido de ser introduzida no sistema educativo uma disciplina de métodos de respiração, relaxamento e de controlo emocional

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputada Relatora: Susana Amador (PS)

6. [COM\(2016\)941](#) - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Melhorar e modernizar o ensino

- Apreciação da realização de escrutínio
- Deputado Relator: PSD

7. Audição do Ministro da Educação, para apreciação da política geral do Ministério, no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República – 15h00

8. Outros assuntos

9. Data da próxima reunião

3 de janeiro de 2017, às 15h – Audição regimental do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Antes de dar início à reunião, o Senhor Presidente deu conta que no processo relativo à petição n.º 114/XIII (1.ª) houve um lapso dos serviços de apoio da Comissão relativamente à ausência de solicitação de contributos à FENPROF, que enviou um email manifestando o seu protesto. Nesse sentido, perguntou se os serviços de apoio devem contactar a FRENPOF no sentido de saber se ainda pode mandar o seu contributo antes de a petição ser discutida em Plenário ou se devem solicitar ao Gabinete de Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia da República o adiamento da sua apreciação.

O Senhor Deputado Amadeu Soares de Albergaria (PSD), como relator da petição em análise, referiu que a partir do momento em que se solicitaram contributos a outras entidades, designadamente à Federação Nacional de Educação, seria curial adotar o mesmo procedimento relativamente à FENPROF. Nesse sentido, propôs que os serviços de apoio oficiassem a FENPROF tentando apurar se pode ainda enviar o seu contributo relativamente a esta matéria. Se tal não se afigurar possível, a Comissão solicitará ao Senhor Presidente da Assembleia da República o adiamento da sua apreciação em Plenário.

Depois de uma breve troca de opiniões acerca desta matéria, em que usaram da palavra os Senhores Deputados Joana Mortágua (BE), Ana Mesquita (PCP), Porfírio Silva (PS) e Ana Rita Bessa (CDS-PP), ficou consensualizado apurar junto da FENPROF se pode ou não enviar o seu contributo em tempo útil.

Dando então início à reunião, a proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação da ata

A pedido do Senhor Deputado Porfírio Silva (PS), a apreciação da ata respeitante à reunião de 13 de dezembro de 2016 será feita na próxima reunião da Comissão.

3. Comunicações do Presidente

3.1.1. Baixa de iniciativas para apreciação na generalidade

O Senhor Presidente deu conta de que, no dia 15 de dezembro de 2016, tinha baixado à Comissão de Educação e Ciência o projeto de lei n.º 357/XIII (2.ª), do PCP – Regime jurídico da educação especial -, tendo o Grupo Parlamentar do PSD informado que indicaria oportunamente o seu relator.

3.1.2 Tendo baixado, no dia 14 de dezembro de 2016, à Comissão de Educação e Ciência o projeto de resolução n.º 572/XIII (2.ª), do BE - Plano plurianual para o fim das propinas nas instituições de ensino superior públicas -, o Grupo Parlamentar do BE informou que pretendia fazer a sua discussão em Plenário.

3.1.3. Baixou igualmente à Comissão o projeto de resolução n.º 550/XIII (2.ª), do PCP - Recomenda ao Governo que desencadeie os mecanismos necessários para a construção da nova escola EB2/3 do Alto do Lumiar -, tendo a Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) informado que a sua discussão seria feita em Plenário.

3.2. Baixa de iniciativas sobre linguagem gestual para discussão na Comissão

O Senhor Presidente informou que, no dia 16 de dezembro de 2016, tinham dado entrada na Comissão sete projetos de resolução sobre a linguagem gestual – projetos de resolução n.ºs 501/XIII (2.ª) - Recomenda ao Governo a criação de um grupo de recrutamento para docentes de língua gestual portuguesa -, do BE, 504/XIII (2.ª) - Recomenda ao Governo que a língua gestual portuguesa seja incluída no leque de atividades de enriquecimento curricular existentes -, do BE, 505/XIII (2.ª) - Recomenda ao Governo a disponibilização de ensino de língua gestual portuguesa aos/às alunos/as ouvintes nas escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos -, do BE, 561/XIII (2.ª) - Pela valorização da língua gestual portuguesa -, do PCP, 564/XIII (2.ª) - Recomenda ao Governo medidas para uma escola de maior qualidade para os alunos surdos, do CDS-PP, 567/XIII (2.ª) — Valorização e promoção da língua gestual portuguesa -, do PS, 569/XIII (2.ª) - Garantia de uma escola inclusiva, através da promoção da língua gestual portuguesa, de Os Verdes -, tendo perguntado qual a metodologia que a Comissão pretendia adotar relativamente a todas estas iniciativas.

Após uma breve discussão sobre esta questão, ficou consensualizado que todas essas iniciativas seriam apreciadas no âmbito do Grupo de Trabalho de Ensino Especial para tentar elaborar um texto conjunto a todos eles.

3.3. Iniciativas sobre propinas do ensino superior

O Senhor Presidente lembrou igualmente que, em 23 de setembro de 2016, baixaram para nova apreciação pela Comissão, na generalidade, por 30 dias (até 23 de outubro), três iniciativas sobre as propinas no ensino superior:

- Projeto de lei n.º 128/XIII (2.ª), do PCP — Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento da propina o não reconhecimento do ato académico;

- Projeto de lei n.º 159/XIII (2.ª), do BE – Mecanismo extraordinário de regularização de dívidas por não pagamento de propinas nas instituições de ensino superior públicas;
- Projeto de lei n.º 166/XIII (2.ª), do PS - Define um regime de pagamento faseado das propinas devidas pelos estudantes do ensino superior e cria um regime especial de pagamento por beneficiários de bolsas de ação social, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto;

Foi pedida a prorrogação da sua apreciação por mais 60 dias, terminando esse prazo a 17 janeiro de 2017.

Tendo sido já ouvidos o CRUP e o CCISP, o Senhor Presidente perguntou se os Grupos Parlamentares pretendiam adotar um texto único de substituição ou remeter os 3 projetos de lei para votação, na generalidade, em Plenário.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) pediu o adiamento deste ponto para a próxima reunião da Comissão, o que ficou aceite por todos.

3.4. Relatório de audição do Secretário de Estado da Educação pelo Grupo de Trabalho da Educação Especial

A pedido da Senhora Deputada Maria Manuela Tender (PSD), a apreciação deste relatório foi adiada para a próxima reunião da Comissão.

4. [Projeto de lei n.º 326/XIII \(2.ª\)](#), do BE - Medidas de apoio social às mães e pais estudantes atribuindo aos pais o mesmo conjunto de direitos conferidos às grávidas e mães (primeira alteração à Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto)

A Senhora Deputada Elza Pais (PS) apresentou o [parecer](#) sobre a iniciativa legislativa em causa, que, uma vez submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Antes de se passar ao ponto seguinte, a Senhora Deputada Elza Pais (PS) perguntou a todos os Senhores Deputados se era necessário pedir pareceres a todas as entidades propostas na respetiva nota técnica ou se essa lista podia limitar-se aos Senhores Ministros da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ao CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas) e ao CCISP (Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos). Se se entender que essa lista deve ser mantida, o Grupo Parlamentar do PS solicita que seja acrescentado a esse rol a FENPROF.

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) acrescentou que os serviços de apoio à Comissão têm uma lista vasta de entidades a quem é solicitado que se pronuncie sobre uma determinada iniciativa legislativa, mas que, tal como bem disse a Senhora Deputada Elza Pais, é demasiada extensa. Nesse sentido, considera que o processo legislativo em curso não fica prejudicado pelo facto de só se solicitar parecer aos dois Ministros, ao CRUP e ao CCISP, que já representam muitas entidades. Assim, para si esse número de entidades pode ser reduzido.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) defendeu que quanto mais entidades se pronunciarem melhor. Como a resposta é facultativa, não se opõe a que se mantenha integralmente essa lista.

Para a Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) é sempre bom tentar recolher mais informação, mas a verdade é que o ótimo é inimigo do bom. As entidades propostas pela Senhora Deputada Elza Pais são suficientes para se pronunciarem sobre a matéria, sendo melhor menos do que mais.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) defendeu pediu se desse processo não resultarem dificuldades defende que se deve ouvir o maior número de entidades possível mas analisando sempre o respetivo custo/benefício.

A Senhora Deputada Elza Pais (PS) sugeriu que então se mantenha essa lista inicial, mas que seja incluída também a FENPROF que não consta desse rol para que não aconteça o mesmo que se passou com a petição n.º 114/XIII (1.ª).

Não havendo objeções, o Senhor Presidente transmitiu que os serviços seguirão as orientações aqui deixadas.

5. [Petição n.º 180/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por José Manuel Rodrigues de Abreu - Solicita que sejam feitos estudos científicos no sentido de ser introduzida no sistema educativo uma disciplina de métodos de respiração, relaxamento e de controlo emocional

O relatório final da petição foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

6. [COM\(2016\)941](#) - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Melhorar e modernizar o ensino

A Comissão deliberou fazer o seu escrutínio, tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado a Senhora Deputada Susana Lamas (PSD) como Deputada Relatora.

7. [Audição do Ministro da Educação, para apreciação da política geral do Ministério, no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República – 15h00](#)

Dando início à audição, usou da palavra o Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) que se referiu às negociações em curso sobre o diploma relativo ao concurso de professores; aos resultados falseados do *ranking* das escolas, que fazem uma comparação entre as escolas em que os alunos pagam uma mensalidade de 500 euros e aquelas que se situam em meios socioeconómicos complexos, o que não faz nenhum sentido; aos estudos levados a cabo pela OCDE (Programa Internacional de Avaliação de Alunos, PISA) que avaliou a literacia dos alunos de 15 anos a matemática, ciências e português, em que os alunos portugueses ficaram pela

primeira vez acima da média da OCDE; e, por último, à política de gratuidade dos manuais escolares e à forma como alguns agrupamentos gerem a forma como é feita essa distribuição.

O Senhor Deputado Amadeu Soares de Albergaria (PSD) salientou os excelentes resultados alcançados por Portugal nos estudos internacionais recentemente apresentados; a falta de funcionários e o estrangulamento financeiro das escolas; a proposta de revisão do regime de contratação e mobilidade; a discriminação negativa a que estão a ser alvo os docentes das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores ao serem remetidos para as últimas prioridades dos concursos internos e de mobilidade interna; tratando o Ministério da Educação de forma diferente os docentes de acordo com a zona territorial onde os mesmos desempenham funções, violando assim os princípios constitucionais da igualdade, da liberdade de escolha de profissão e de acesso à função pública; e a visão do Governo sobre os diretores das escolas.

(ao terminar a sua intervenção o Senhor Deputado entregou ao Senhor Ministro da Educação uma lista de perguntas a que o Governo não respondeu no prazo legal e que pode ser consultadas [aqui](#))

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) afirmou que o Grupo Parlamentar do BE congratula-se com os resultados alcançados pelo Estado português no PISA, realçando a omissão que aí é feita ao percurso escolar e aos resultados dos alunos que frequentam o ensino vocacional. Sublinhou os níveis de retenção excessivos existentes em Portugal, saudando a este propósito a existência do *ranking* alternativo que permite superar a ideia primária e básica dos *rankings* feitos até aqui apenas tendo apenas em atenção os resultados dos exames externos, permitindo conhecer a evolução registada pelos alunos.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu-se aos dados sobre a retenção e abandono escolares, que diminuíram em todos os anos escolares e ao aumento da taxa de conclusão do ensino regular; ao crescimento relevante dos vocacionais e profissionais; aos novos indicadores dos *rankings*, permitindo analisar ao pormenor o percurso escolar dos alunos e tirar uma fotografia mais completa do nosso sistema de ensino; aos regimes de tutorias; e às garantias que o Governo pode dar de que no final desta Legislatura vai ter em conta os bons resultados alcançados e levá-los ainda mais longe através das políticas que pretende levar a cabo.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) sublinhou, em primeiro lugar, a postura relativamente crítica do Grupo Parlamentar do PCP em relação aos *rankings* e aos estudos internacionais recentemente divulgados, como o PISA, pela forma como são apresentados os seus resultados, considerando que não são uma avaliação de fundo sobre o estado da Educação; o processo negocial em curso acerca do envelhecimento do corpo docente em todos os graus de ensino; e a necessidade de dar cumprimento à gestão democrática das escolas.

O Senhor Ministro da Educação, a Senhora Secretária de Estado Adjunta da Educação e o Senhor Secretário de Estado da Educação responderam a cada um dos Senhores Deputados no final de cada intervenção, tendo afirmado que o Ministério não faz *rankings*, limitando-se a disponibilizar um conjunto de indicadores importantes no portal Infoescolas; que os *rankings* feitos pela comunicação social nos últimos anos basearam-se quase exclusivamente nas notas externas dos exames sem qualquer tipo de enquadramento; que o Governo ficou satisfeito com os resultados positivos que Portugal alcançou nos testes PISA em ciências, leitura e matemática, apesar de o País ter de melhorar nos níveis de retenção escolar; que o PIAC é um instrumento precioso para monitorizar a evolução da qualificação de adultos; que o Governo deu indicação para que a compra de manuais escolares fosse feita localmente para que os pais possam ir à livraria que bem entenderem; que está a ser negociada com os sindicatos a revisão do diploma dos concursos de colocação de professores; que estão a decorrer neste momento as negociações respeitantes ao envelhecimento do corpo docente, à vinculação de docentes e à norma-travão; que o Governo vai adotar as medidas necessárias para que todos os docentes invisuais ou com problemas de mobilidade possam exercer a sua atividade docente sempre no mesmo estabelecimento de ensino; que vai haver um reforço do papel dos conselhos pedagógicos das escolas, onde estão representados professores e representantes dos pais.

Na segunda ronda entrevistaram as Senhoras Deputadas Susana Amador (PS), Nilza de Sena (PSD), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP), tendo questionado o Senhor Ministro da Educação sobre, designadamente, a aposta no pré-escolar; a formação de educadores e as orientações curriculares do pré-escolar e perspetivas futuras; a construção e adaptação das salas do pré-escolar e do 1.º ciclo, a ser levada a cabo em parceria com as autarquias locais; a decisão política do Governo de compartilhar a 100% os manuais escolares dos alunos do 1.º ano e congelar nos restantes anos e ciclos de ensino as participações e os apoios da ação social escolar, como, por exemplo, na alimentação e nos materiais escolares, a pessoas que necessitam desse apoio; a redução do número de alunos por turma; a falta de funcionários nas escolas e o número de professores a vincular; a contratação de psicólogos para as escolas; o ressarcimento aos professores que fizeram a Prova de Avaliação de Conhecimentos (PAC); o ponto de situação dos pagamentos no ensino profissional; a progressiva gratuidade dos manuais escolares; e a rede do ensino artístico e as suas debilidades em termos de oferta pública.

O Senhor Ministro da Educação e os Senhores Secretários de Estado responderam, após cada intervenção, às questões colocadas, referindo, em síntese, que a universalização do pré-escolar aos 4 anos foi uma medida claramente positiva e que foram abertas mais 100 novas salas do pré-escolar que vieram dar resposta à procura registada; que a formação na área do pré-escolar está a ser coordenada pela Direção-Geral de Educação; que o documento relativo às orientações curriculares está neste momento a ser elaborado; que em 2016 registou-se um aumento do valor da ação social escolar e que não há pagamentos em atraso; que foram contratados mais 300 assistentes operacionais e que ainda vão ser abertos novos concursos; que o Governo é favorável à redução do número de alunos por turma, o que acontecerá já no

início do próximo ano letivo; que o reforço de psicólogos está já a ser feito para que Portugal se possa aproximar gradualmente do *ratio* recomendado; e que a valorização do ensino profissional passará pela correção das assimetrias entre esta via e o ensino regular, nomeadamente no que respeita aos exames nacionais e ao acesso ao ensino superior.

Na 3.ª ronda usaram da palavra os Senhores Deputados Odete João (PS), Maria Germana Rocha (PSD), Laura Magalhães (PSD), Joana Mortágua (BE), Sandra Pontedeira (PS), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Maria Manuela Tender (PSD), Nilza de Sena (PSD), António Costa e Silva (PSD), Maria Augusta Santos (PS), Sara Madruga da Costa (PSD), Álvaro Baptista (PSD), Ana Mesquita (PCP), Pedro Alves (PSD), Porfírio Silva (PS) e Duarte Marques (PSD).

O Senhor Ministro da Educação e os respetivos Secretários de Estado responderam no final e em bloco às questões colocadas, após o que o Senhor Presidente deu por encerrada a audição.

A audição foi gravada em registo áudio e vídeo, encontrando-se as gravações disponíveis na [página da Comissão na internet](#).

A reunião foi encerrada às 18 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de dezembro de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Alexandre Quintanilha)

Ata aprovada na reunião da Comissão de 3 de janeiro de 2017

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Álvaro Batista
António Costa Silva
Cristóvão Crespo
Diana Ferreira
Duarte Marques
Elza Pais
Palmira Maciel
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
Emília Santos
Ilda Araújo Novo
João Torres